

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 29 de dezembro de 2020 às 08h01
Seleção de Notícias

UOL Notícias | BR

Patentes

Alta de imposto em SP vai encarecer remédios e tratamentos, dizem entidades 3
REDAÇÃO

Monitor Mercantil Digital online | RJ

29 de dezembro de 2020 | Propriedade Intelectual

Opções para a Europa na corrida entre EUA e China sobre 5G 5
MONITOR MERCANTIL | FAVOR

Alta de imposto em SP vai encarecer remédios e tratamentos, dizem entidades

REDAÇÃO



Um manifesto assinado por oito entidades que representam empresas do setor de saúde afirma que o fim das isenções de ICMS em São Paulo representará uma alta de 18% nos preços de medicamentos para tratamento de câncer, diálise, Aids, gripe H1N1 e outras doenças, além de encarecer equipamentos médico-hospitalares.

Em outubro, a Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) aprovou um pacote de ajuste fiscal proposto pelo governador João Doria (PSDB) e acabou com isenções de ICMS.

O presidente do Sindhosp (Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Laboratórios e Demais Estabelecimentos de Saúde de São Paulo), Francisco Balestrin, declarou que desde 1999 o governo garantia a isenção de ICMS para diversos produtos do setor saúde.

Em nota, a Secretaria de Fazenda e Planejamento de São Paulo afirmou que a lei aprovada promoveu a redução linear de 20% nos benefícios fiscais que são concedidos a diversos setores. Segundo a pasta, entre as exceções da lei estão a cesta básica e as transações de medicamentos, equipamentos e insumos para a rede pública de saúde e Santas Casas, que continuarão isentos.

"Os preços dos produtos de saúde são de competência das empresas do setor. O objetivo do ajuste fiscal é proporcionar ao Estado recursos para fazer frente às perdas causadas pela pandemia e manter suas obrigações em áreas como educação, saúde, segurança pública e assistência social, entre outras", declarou a secretaria.

Imposto será repassado para preços finais, diz entidade

Balestrin afirmou que o pacote de ajuste fiscal apro-



Continuação: Alta de imposto em SP vai encarecer remédios e tratamentos, dizem entidades

vado pela Alesp e sancionado por Doria vai aumentar o custo da saúde no país no pior momento possível, em meio à pandemia do coronavírus.

"Orteses, próteses, equipamentos usados para tratar infartos, medicamentos para tratar câncer e os genéricos terão aumento de preço. Os empresários vão repassar o aumento de imposto para os custos e isso vai encarecer o serviço do setor de saúde na ponta. O aumento afetará o SUS [Sistema Único de Saúde] e o

setor privado e impactará a sociedade como um todo", disse.

Além do Sindhosp, assinam o manifesto a Abrafarma (Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias), a Alanac (Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais), o Grupo Farma Brasil, a Coalização Saúde, a **Interfarma**, a Pró Genéricos e o Sindusfarma.

Opções para a Europa na corrida entre EUA e China sobre 5G



As infraestruturas 5G são uma realidade. Esperando-se que esta nova tecnologia sem fio traga grandes mudanças para nossa economia e sociedade, sua implantação desencadeou uma feroz corrida entre titãs da tecnologia. O rápido crescimento da indústria 5G da China está desafiando a "vantagem" histórica dos Estados Unidos em **inovação** tecnológica.

Os EUA, por sua vez, consideram a expansão do 5G chinês não apenas um desafio econômico, mas também uma ameaça geopolítica, pois a tecnologia poderia fornecer ao Governo da China acesso a informações críticas.

Apesar do investimento considerável em tecnologia 5G em vários Estados-membros, a União Europeia luta para encontrar seu lugar nesse ambiente em evolução. No entanto, a corrida ao 5G oferece à UE uma excelente oportunidade para fortalecer sua soberania tecnológica por meio de uma estratégia comum, para com empresas estrangeiras de telecomunicações e para uma política coerente de segurança cibernética.

Neste cenário, muito se fala sobre o poder europeu atual. Do novo presidente da Comissão Europeia, Von der Leyen e do novo alto representante, Borrell, ao presidente francês, Macron, está ganhando força a ideia de que a Europa deve exercer maior poder no cenário global.

Risco é ter que escolher entre o aliado

tradicional e a crescente potência global

A intuição política por trás dessas declarações é absolutamente correta. A lógica do século XXI, para o projeto europeu, é profundamente global. No en-

tanto, para transformar o poder europeu em realidade prática, vale a pena investigar nos detalhes o que significava outrora, como ele se transformou, e o que deve ser feito para exercê-lo no futuro.

A UE descobriu, talvez tarde demais, a realidade de sua difícil relação com a China, um país que logo se tornará a primeira potência econômica global e que defenderá a globalização; porém, a China ainda está violando muitos princípios importantes de um mundo globalizado organizado.

A China é um importante parceiro econômico, mas ainda não cumpriu uma série de compromissos: acesso mais aberto ao mercado interno, pleno respeito ao Estado de Direito, condições equitativas de investimento estrangeiro, proteção dos direitos de **propriedade** intelectual e garantias sobre **transferências** de tecnologias.

A China não é uma ameaça direta à segurança da Europa, mas está expandindo sua influência política em todo o mundo, por meio de instrumentos de soft power. Até agora, a política do governo chinês conseguiu dividir os países europeus, interessados em investimentos chineses, mas também preocupados com o controle político.

Nesse sentido, um recente memorando europeu, escrito para a Fundação de Estudos Progressistas Europeus (FEPS), propõe novo quadro de relações da UE com a China para os próximos cinco anos. Construído em torno de três palavras-chave - defender, engajar e maximizar - combina esses três elementos de contenção, bem como, de engajamento, em relação à China. O memorando convida a UE a concentrar-se em uma lista seleta de questões de importância estratégica em suas relações com Pequim, a fim de obter o máximo impacto, nas seguintes linhas:

- Defender empregos europeus, competitividade industrial e soberania tecnológica da economia controlada pela China e das suas práticas comerciais desleais; defender, também, valores e princípios fundamentais da UE do sistema político autoritário chinês.

- Envolver a China para que cumpra as metas do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas; fortalecer o sistema comercial multilateral; enfrentar os desafios de segurança global, incluindo maneiras de encontrar uma solução para a ameaça nuclear da Coreia do Norte e agir de suporte para uma ordem baseada em regras no Mar da China Meridional.

- Maximizar as relações UE-China para salvar o acordo nuclear com o Irã; reformar o sistema monetário internacional e colocar limites aos privilégios exorbitantes do dólar.

Esse quadro progressivo permite que os formuladores de políticas da UE identifiquem e façam

Continuação: Opções para a Europa na corrida entre EUA e China sobre 5G

uma distinção entre as questões em que a China é um desafio - e, portanto, precisam ser contidas, de acordo e juntamente com os EUA e outros parceiros com ideias semelhantes, quando for necessário - e as áreas políticas em que Pequim pode se tornar um parceiro - e até um aliado ad hoc - para promover os interesses e valores fundamentais da UE e colocar limites aos impulsos unilaterais do Governo Trump, que são prejudiciais à UE.

O principal risco, para a Europa, então, é o de ficar presa no meio da competição estratégica EUA-China e ter que escolher, entre o aliado tradicional e a crescente potência global.

Edoardo Pacelli

Jornalista, ex-diretor de pesquisa do CNR (Itália), é editor da revista *Italiamiga*.

Índice remissivo de assuntos

Patentes

3

Propriedade Intelectual

5

Inovação

5